

DOSSIÊ

Etnografia Arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo

Soraya Fleischer

Professora do Departamento de Antropologia na Universidade de Brasília.
sorayafleischer@hotmail.com

Alinne Bonetti

Pesquisadora do “Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PNPD/IPEA).
alinne.bonetti@gmail.com

(Organizadoras)

1. Introdução

Desde a sistematização do método etnográfico por Malinowski (1978) aprendemos que as vicissitudes e os imponderáveis da pesquisa de campo são partes constitutivas da experiência do antropólogo e do conhecimento que produz. Não raro ouvimos muitas histórias sobre os mais diversos desafios enfrentados pelos pesquisadores em meio ao seu processo de pesquisa etnográfica, tais como assaltos, ameaças, chantagens, extorsões, guerras, enamoramentos, acidentes, processos de adoecimentos, epidemias contagiosas, entre outros.

Aprendemos a lidar de forma intuitiva e experimental com tais imponderáveis, os quais nem sempre constam nas análises. Quais os seus impactos para a pesquisa, o conhecimento produzido e o próprio desenvolvimento da disciplina antropológica contemporânea? A partir dessas inquietações, a propósito do X Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste (X ABANNE) em 2007, sediado na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju, propusemos e organizamos o Grupo de Trabalho (GT) *Etnografia arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo* para discutirmos tais questões.

Por meio dele buscamos reunir trabalhos que visassem discutir certo tipo de imponderáveis e vicissitudes: aqueles que implicam em “riscos”, termo usado aqui e a partir daqui sempre entre aspas, dada a

sua polissemia, ela mesma foco de interesse e escrutínio do referido GT. Assim, o “risco” seja para o próprio pesquisador, para o grupo estudado, a relação entre ambos e/ou para a pesquisa, bem como os seus inúmeros e inimagináveis sentidos foi a inspiração para os debates travados no âmbito do GT. Observávamos que há atualmente uma preponderância criminal e biomédica-epidemiológica da categoria “risco” e com o GT quisemos, por um lado, desafiar os limites destas preponderâncias e, por outro, explorar e ampliar outras abordagens para a noção de risco associada ao fazer etnográfico. Assim, nossa proposta não era apenas a de discutir sobre o fazer etnográfico, em seu cunho mais reflexivo e subjetivo, mas, sobretudo, identificar questões através das quais a Antropologia e o método etnográfico pudessem se beneficiar teoricamente do diálogo com situações “arriscadas”. Será que tais preocupações também habitavam outras/os antropólogas/os como nós?

Qual não foi a nossa surpresa ao recebermos quase quarenta propostas para participação no Grupo de Trabalho, com uma grande diversidade em termos de temas de pesquisa, de graus de formação dos pesquisadores e também de filiação institucional. Pareceu-nos, assim, que a sempre renovada preocupação sobre o fazer etnográfico, dada a sua grande complexidade e cada vez maior popularidade entre as mais diversas áreas de produção de conhecimento, ganhara uma nova faceta a partir do interesse sobre a sua relação com o “risco”, seja lá o que ele quisesse dizer. Dentre o conjunto de propostas tivemos de escolher algumas. Assim, o Grupo originalmente contou com a previsão de apresentação de vinte e seis textos¹, os quais foram organizados em três diferentes sessões e reunidos a partir da semelhança do núcleo temático sobre a relação etnografia e risco a ser debatido: 1) *Riscos Plurais - Reflexões sobre a polissemia da categoria “risco” e seus diferentes usos*; 2) *Situações-limite, eventos arriscados e imprevisibilidades: rendimentos epistemológicos dos “riscos” em campo* e 3) *Arriscando o bom e velho método etnográfico? Reflexões sobre o futuro do conhecimento antropológico*.

A relevância da discussão sobre etnografia e “risco” confirmou-se indelevelmente para nós quando nos deparamos com a

1 Maiores informações sobre o conjunto dos vinte e seis trabalhos inscritos no GT 14 da X ABANNE, intitulado *Etnografia arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo* (autores, títulos e resumos) podem ser encontradas na página eletrônica do evento: <http://www.exitoeventos.com.br/xabannerea/trabalhos.htm#>

intensa frequência do GT, que além dos apresentadores que efetivamente participaram do Encontro - vinte dos vinte e seis -, havia o público em geral, em média mais quinze pessoas por dia, que incrementaram o denso debate surgido nos dias do Encontro. Frente a tal experiência, decidimos organizar o dossiê que ora apresentamos com a finalidade de sistematizar a rica discussão que teve lugar no âmbito do GT, bem como de possibilitar o acesso a essas idéias, que tanto contribuíram para a nossa reflexão sobre uma dimensão relevante do fazer etnográfico contemporâneo, a um público mais amplo.

Antes de passarmos diretamente aos textos reunidos no presente dossiê, gostaríamos de alinhar algumas das idéias que surgiram durante o Grupo de Trabalho e, especialmente, nos momentos de caloroso debate. Percebemos que elas, ao mesmo tempo em que explicitam modos do fazer etnográfico que, historicamente e por força da prática, acabaram por se cristalizar, também questionam e desafiam esses mesmos modos. À guisa de maior inteligibilidade desses modos do fazer etnográfico, nós tomamos de empréstimo dois velhos ditados populares brasileiros a fim de nos beneficiarmos das metáforas em que implicam para nominá-los. Tratam-se, pois, dos modelos “Quem sai na chuva é para se molhar” e “O seguro morreu de velho”.

2. “Quem sai na chuva é para se molhar”

As imagens de momentos arriscados povoam nosso imaginário durante os anos de formação em Antropologia. Quem não se lembra de Malinowski sendo deixado sozinho numa ilha completamente desconhecida para ele? Do momento em que Evans-Pritchard sofreu um acidente de barco e perdeu seus preciosos diários de campo rio abaixo? Ou quando, durante sua pesquisa, Michele Rosaldo despencou de um enorme barranco em terras Ilongot e, lamentavelmente, faleceu? Há muitos e muitos registros de entreveros, doenças, conflitos, insegurança, medo e assédio nos textos etnográficos. E, dentre outras nuances, estas histórias contribuem para cercar o trabalho de campo de uma aura de perigo, mas, muitas vezes, de aventura e, por que não, *glamour*.

O saldo dessa aura mágica é a consolidação, neste último século de Antropologia, de alguns mitos fundadores da disciplina, muito embora tácitos assim como os modelos. Dentre eles, um primeiro, e talvez o mais pregnante e englobante deles, é o mito do “antropólogo-herói”. Tal mito encontra-se significado por atributos

como altruísmo e estoicismo seguidos, embora à primeira vista pareça paradoxal, dos atributos de potência e intangibilidade, além de uma suposta assexualidade que, na verdade, escamoteia o atributo da masculinidade (Bonetti e Fleischer, 2007: 9-40). Associado aos seus atributos, o mito vigora por certo subentendido de que quanto mais o campo for exótico, distante, difícil ou fisicamente arriscado e de quanto mais coragem e disposição são necessários para “enfrentá-lo”, mais valor terão seus dados e, conseqüentemente, a sua pesquisa.

E é curioso atentar para o fato de que esse antropólogo-herói, apesar de reforçar um, por assim dizer, “sub-mito” que o alimenta, o do antropólogo assexuado (Grossi, 1992), pertence a um gênero: o masculino. Como comentou um participante que, curioso ao passar pela sala em que se reunia o GT e se surpreender com grande número de participantes empenhados na discussão e com a massiva presença de antropólogas, resolveu participar do debate: “É significativo que, num GT sobre risco, haja tantas mulheres presentes”. Segundo sua percepção, os antropólogos homens tratam do risco como algo menor, porque “macho não passa por risco”; ratificando-a com o relato das reuniões com seu ex-orientador, nas quais nunca havia espaço para compartilhar inseguranças e perigos enfrentados na favela onde o jovem etnógrafo fazia sua pesquisa.

Extrapolando a associação direta entre “mulheres-expõem-suas-fragilidades” e “homens-escondem-suas-fraquezas” feita pelo nosso comentarista, a sua percepção nos leva a refletir sobre o forte componente de gênero que informa o mito fundador da disciplina. Quer dizer, o “antropólogo-herói”, embora se sirva do verniz da assexualidade neutra da objetividade da ciência ocidental, é masculino, assim como a objetividade da ciência, como já demonstrou Haraway (1995). Em sendo assim, as dificuldades e ameaças encontradas em campo, quando problematizadas e discutidas, significaria um processo de feminilização tanto do ou da pesquisador/a quanto da pesquisa, com forte conotação negativa porque os exporia à sua fragilidade e vulnerabilidade. Reparar e, mais do que isso, fazer render o papo sobre risco seria sinônimo de medo, covardia e até inexperiência. Como veremos adiante, falar dos riscos enfrentados - sobretudo, entre os próprios pares - também exige coragem e uma dose de exposição.

Pensar seriamente sobre o risco no modelo “quem sai na chuva é pra se molhar” significa explicitar que a abnegação estóica da entrega à aventura do trabalho de campo é sustentada pelos atributos de potência e intangibilidade que compõem o nosso mito fundador. É,

assim, trazer à baila e desafiar a presunção do “antropólogo-olho” (como lembram Anna Lúcia Cunha e Priscila Calaf, em seu artigo neste dossiê) de tudo saber, de tudo ver e de tudo controlar no processo de pesquisa. Ao abrir mão dessa presunção, percebe-se que somos classificados, interpretados, avaliados, passíveis de sedução em campo e estamos, igualmente, expostos e vulneráveis.

Como foi lembrado em meio aos debates, somente nos momentos de perigo iminente no campo de pesquisa é que percebemos como somos pouco preparados e treinados para assumirmos nossa identidade plena no fazer etnográfico - biografia, corpo, sentimentos - em sermos “antropólogo-corpo”. Assim, deixar de lado a visão como sentido prioritário no fazer etnográfico e assumir a nossa totalidade sensorial como sujeitos nos possibilita apreender os nossos limites no encontro etnográfico como também aprender sobre o universo estudado com os supostos riscos.

Outro aparente paradoxo do modelo “Quem sai na chuva...” que os debates revelaram está num certo sentido atribuído a “risco”: o de extremada proximidade com os interlocutores e/ou temas de pesquisa de campo. Uma antropóloga do GT ouviu, em sua banca de qualificação de doutorado, que seu interesse pelo tema de pesquisa “não era antropológico”: acusaram-na de estar num processo de “conversão”. Outro relatou ser tido por amigos antropólogos como “militante”, tal como se auto-intitulavam seus interlocutores em campo.

Por mais que a familiarização do exótico ou o estranhamento do familiar (Velho, 1988) sejam movimentos necessários e desejados em nossa prática, parece que a Antropologia consensua ao redor de um limite. Ele anuncia que o “risco de proximidade” ainda persiste porque sustentamos o mito da objetividade e neutralidade como sinônimo de qualidade e excelência acadêmicas. Rever mais este mito, como lembrou uma participante, “é um risco epistemológico”, que por sua vez, “é sempre um risco político”. Acreditamos que ambos riscos ajudam a avançar a disciplina.

Como se pode depreender do modelo “quem sai na chuva é para se molhar” de fazer etnográfico tacitamente canônico na nossa disciplina, o mito do “antropólogo-herói” que o dota de sentido, ao mesmo tempo em que enseja uma entrega abnegada e estóica à aventura arriscada e desconhecida da pesquisa de campo, aposta nos atributos implícitos de potência e intangibilidade do etnógrafo. Ou seja, há aqui certo tom de desafio associado ao risco. Arriscar-se, seria, entregar-se aos desafios que as situações etnográficas impõem. O outro modelo do fazer etnográfico identificado nos

debates, recai no extremo oposto: põe em xeque esses atributos ao se organizar em torno do excessivo escrutínio do “risco”, muito embora não desconstrua o “mito do antropólogo-herói”. Como veremos no bloco seguinte, o controle do “risco” acaba, também, por se apresentar como outra armadilha capciosa.

3. “O seguro morreu de velho”

Ao longo dos debates apareceram riscos de diferentes ordens: metodológica, epistemológica, política, pessoal, epidemiológica etc. Assim, a categoria “risco”, mantida historicamente no singular estrangulador, explode. Percebemos que há vários tipos e ordens de “risco” que dependem, para começar, se, de fato, fazem sentido para o antropólogo e os seus interlocutores na pesquisa. Há “riscos” antes, no e depois do campo. Há aqueles invisíveis, imaginários, inimagináveis, persistentes, incontornáveis para o campo, os sujeitos da pesquisa, o antropólogo, a Antropologia, o Departamento, Universidade, a consultoria de onde se vem etc. Não podemos mais retratar os “riscos” como algo estático e único. O termo e a experiência arriscada passam a ser adjetivados de forma polissêmica, conforme o conjunto de atores, cenários, circunstâncias, eventos envolvidos. É importante partirmos da noção dos “riscos” implicados **naquele campo** específico e não simplesmente reproduzir idéias comuns de “risco” ou de um “campo” universal. Apesar da polissemia, há, contudo, um sentido lato, de fundo para o “risco” aqui: o da ameaça.

Ao se revelar essa multiplicidade do termo, no entanto, surge um obsessivo intuito de “vencê-lo”. Parece-nos ser insuportável conviver ameaçados pelo “risco” e, por isso, nos precavemos constantemente. Nesse sentido, “risco”, em qualquer uma de suas acepções, ganha um carimbo essencialmente negativo e precisa, portanto, ser previsto, sanado, contornado. Muitas vezes, no entanto, os participantes do debate lembraram que não há como eliminar a totalidade dos “riscos”, apenas controlar alguns deles, em alguma medida. Ou pelo menos, acreditar que se controla por algum tempo, com alguns atores e em alguns cenários. Não temos a percepção plena de todos os “riscos” em jogo e, ainda por cima, ao nos guiar pela obsessão preventiva do controle, padecemos do “risco” de não conseguirmos controlar todos os “riscos”. E, ironicamente, ao passo que tentamos tudo controlar - sustentando o mito do “antropólogo-herói”, na sua versão “antropólogo-olho” - sofremos quando tentam nos controlar em campo com as

tradicionais perguntas e imperativos: “De onde você vem?”, “Onde você esteve?”, “O que você está anotando?”, “Escreva isso aí”. Tanto a hiperbolização do “risco” quanto seu ilusório antídoto - o controle - reforçam os mitos de origem de nossa disciplina.

Surgiram, contudo, algumas sugestões de estratégias para se lidar com os “riscos”. Visibilizá-los é a primeira delas, o que significa defrontar-se com eles e incorporá-los como um eloqüente dado de campo que, por exemplo, revela ao etnógrafo como ele está sendo compreendido naquele contexto específico da pesquisa ou revela os limites que existem e que precisam ser respeitados pelo visitante e os visitados. Os “riscos”, dessa forma, tornam-se rendimentos para a realização e reflexão etnográficas. Outra estratégia, ao revelar os “riscos” corridos, é compartilhar e redimensionar angústias de campo. Não foi aleatório que surgiram tantos resumos, *papers* e participantes para esse GT. Falar dos “riscos” é uma forma de coletivizar e, claro, remediá-los de alguma forma. Quase como um momento de “auto-ajuda etnográfica”, algumas das frases que mais ouvimos naquelas tardes quentes da primavera de Aracaju foram, “eu não soube como lidar com isso”, “não sei como falar disso”, “passar por isso foi muito difícil e solitário”, “é a primeira vez que falo disso em público” etc.

Outra faceta do “seguro morreu de velho” do fazer etnográfico se revela quando da explicitação da ameaça da “contaminação” no campo de pesquisa: seja ela física, moral, psicológica, política ou mesmo epistemológica. O grande risco disso tudo estaria em inviabilizar a pesquisa seja por questões objetivas como impedimentos físicos ou danos psicológicos do pesquisador ou por invalidação dos resultados frente à deslegitimação dos pares da comunidade acadêmica. Uma participante temeu ser tida como uma usuária de drogas ao pesquisar uma boca de fumo; outras pensavam que poderiam ser confundidas com prostitutas no cinema pornô em que pesquisavam; um terceiro quase se tornou hipocondríaco ao passar meses pelos corredores de um grande hospital repleto de doenças tidas como contagiosas. Além disso, foi mencionada, ainda, a possibilidade de identificação errônea do antropólogo como uma forte ameaça. Imagine ser um “alcagüete” dentro de uma prisão, uma “jornalista” num bairro pobre que vinha sendo demonizado pela mídia, um “espião” num contexto altamente político, um “amigo” de pessoas tidas como assassinas em plena guerra civil etc. isso sem considerar as situações-limite, em que a vida do grupo ou do antropólogo está por um triz.

Frente a essas diferentes dimensões do risco como ameaça, uma participante do GT provocou a todos: “Por que nos esforçamos tanto para nos desvencilhar dos papéis que nos outorgam em campo? Por que não aproveitamos para entender as classificações nativas que daí surgem, por exemplo?”. Ou seja, por que não administrar esse “risco” e transformá-lo em produção? A indefinição do antropólogo em campo e do próprio campo também pode ser um raro e momentâneo lapso de liberdade, circulação e rendimentos para a pesquisa.

No debate também foi lembrado que, além de sermos alvo de riscos, também podemos gerá-los. Sofrer e ser um risco - ao considerar estas duas dimensões, lembramos que o perigo do risco, sobretudo quando negativo, é recíproco. Em campo, o antropólogo é muitas vezes tragado para outras epistemologias. No entanto, não podemos pressupor que “incomodamos” *a priori*; é preciso esperar se, quando e como incomodamos, se, quando e como somos um “risco”. Esperar no sentido de perceber se, de fato, há incômodo e se o mesmo é relevante para aquele grupo com quem se pesquisa. Antecipar incômodos e riscos, no limite, pode esbarrar em interpretações e cuidados etnocêntricos e, no final das contas, desnecessários.

Revelar os riscos, por mais negativos e difíceis que tenham sido, também serve para entrar na “cozinha da Antropologia”, termo batizado e largamente utilizado durante o GT. Os riscos-ameaça, aqueles que extrapolam a linha não muito fixa do imponderável, assim como as emoções, figuraram por muito tempo como “intrusos” não esperados e nada bem-vindos no trabalho de campo (Bonetti, 2006). Falar dessa faceta é desvendar como o fazer etnográfico é, de fato, **feito**. E aqui, surgiram questões como: O que perdemos ao enfrentar os riscos publicamente diante de nossos pares? Qual é o preço que pagamos ao nos calar e não compartilhar os riscos vividos? E, pelo simples fato de falarmos dos riscos, temos nossa subjetividade e competência profissional questionada porque os nossos mitos tácitos de origem continuam a pautar nossa conduta acadêmica. Expor o que é tido como “fragilidade” “contamina” o subjetivo porque ainda parece ser necessário acreditar no “antropólogo-herói”.

Sem cair novamente no heroísmo que, para existir, precisa exaltar os riscos, podemos também perceber o risco como algo positivo. Primeiro, perceber e assumir os riscos torna o pesquisador muito mais consciente e responsável pelas consequências de suas ações em campo. Também somos parte ativa dos riscos causados e sofridos. Uma antropóloga lembrou que “os riscos proporcionam a construção de identidade dos dois lados, antropólogo e interlocutor, e também abrem a oportunidade para se estabelecer vínculos”. E

seu “controle”, quando necessário e possível, não precisa ser visto como um estorvo ou uma tarefa a ser cumprida dentro do campo. Evitar, diminuir ou reverter riscos pode ser um processo muito revelador com novas informações e *insights*. Outras vezes, um tipo de risco pode ser mais facilmente positivado do que outros, como o risco epistemológico frente ao risco de vida, por exemplo.

Por fim, percebemos que se a maior parte dos riscos surge no campo, aí também poderemos encontrar as possíveis soluções para os mesmos. Como resultado palpável das discussões que escrutinaram o “risco” no plural no GT, temos, por um lado, a identificação de, no mínimo, dois modos meio caricaturais do fazer etnográfico, o “quem sai na chuva é pra se molhar” e o “seguro morreu de velho”. Embora lidem com a polissemia da categoria “risco”, ambos enfatizam sentidos latos mais ou menos estáveis para ela. Se o modo “quem sai na chuva...” lida com certo sentido de risco como desafio, fortemente positivado, o modo “o seguro morreu...” enfatiza o risco como ameaça e, portanto, necessário ser controlado. Por outro lado, a identificação desses modos nos possibilitou uma reflexão crítica sobre eles: a agudeza da percepção do quanto todos estamos fortemente empenhados neles – ora articulando um modo, ora outro – nos permitiu trazer à tona os nossos mitos fundadores.

Essa reflexão, parece-nos, legou-nos certo desejo de tentarmos modos alternativos para lidar com os riscos em vez de silenciar, ou na ponta oposta, exageradamente enobrecê-los. A idéia seria poder conjugar, em meio aos **sentidos em ação** da pesquisa etnográfica, o “risco-desafio” com o “risco-ameaça”, a fim de potencializar nossas experiências de pesquisa. Afinal, como lembrou-nos jocosamente um participante, “quem não arrisca, não petisca”!

4. O conjunto de artigos

Apostando neste atrativo do “fazer etnográfico” e dos “riscos” envolvidos em tal empreitada, após o evento, voltamos aos artigos que foram apresentados e escolhemos quatro deles que mais se aproximaram de nossa proposta e que traziam novidades experienciais, metodológicas e teóricas para pensarmos o “risco” na Antropologia. Tecemos novos comentários direcionados aos cinco autores que, motivados, responderam prontamente ao nosso convite para continuar dialogando. Todos revisaram e, em alguns casos, adensaram, atualizaram e expandiram seus textos. Apresentamos aqui esse conjunto de textos na expectativa de lançar mais atenção ao **risco** – esse importante personagem que tem sido identificado

com diferentes tintas e repercussões no trabalho de campo antropológico. Esperamos que a leitura suscite mais reflexão e avanço desse tema.

O texto de Anna Lucia Cunha e Priscila Calaf, ao adentrarem num “universo social de saturação sexual-moral”, na realização de uma pesquisa num cinema pornô, trazem à baila a discussão do “mito do antropólogo-olho”, em nome do qual estavam sincera e ingenuamente empenhadas em sustentar no início da sua pesquisa. Em seguida, comentam sobre a desestabilização deste mito frente aos temores de contaminação moral e deslegitimação do seu *status* de pesquisadora assim como da sua pesquisa entre os seus pares acadêmicos. Após a experiência de campo e a vivência do que consideraram “situações-limite”, empenham-se na reflexão sobre o que são os riscos enfrentados em campo e percebem a queda do antropólogo-olho e a ascensão do antropólogo-corpo, numa tentativa de se estar mais inteiro no processo de pesquisa.

A reflexão sobre os supostos riscos de contaminação com e no campo de pesquisa também faz parte do pano de fundo do texto de Luis Guilherme de Assis, mas ele vai além. Preocupado em esmaecer as fronteiras entre produção de conhecimento dentro e fora da academia, enfrenta a discussão sobre “riscos” de diferentes ordens ao propor fazer antropologia num contexto de pesquisa aplicada ao campo do licenciamento ambiental: o de perda da qualidade textual, o da invalidação da produção antropológica por parte dos seus pares, o da desconfiança de se ter engajado politicamente na causa que “deveria” distanciadamente pesquisar e o de não ter um lugar de identificação profissional (nem na academia e nem fora dela).

Já Fernando Araujo traz uma meta-reflexão sobre “risco” ao se debruçar sobre dois pontos densos de sentidos para a produção antropológica: o desafio à boa e velha etnografia e ao estabelecimento da relação entre pesquisador e seus interlocutores. Ao propor a utilização do material onírico produzido por ele próprio e por seu principal interlocutor em campo (que se tornou, ao longo da etnografia, um amigo próximo) e as trocas e conversas sobre estes sonhos entre ambos, Fernando percebe esta experiência como, ao mesmo tempo, estratégia e dado de pesquisa. O autor nos leva a refletir que o cânone antropológico ainda tem como texto legítimo o “texto etnográfico”, que guarda e alimenta o *status* de ciência, técnica, método. Já os “documentos humanos”, como diários de campo, relatos de experiência, lembranças de riscos vivenciados e até os sonhos e o “material” inconsciente são

relegados à esfera do comezinho, do anedótico ou mesmo do ilegítimo. Revelar o que é tido como “subjetivo” - seja relativo ao corpo, seja aos sentimentos e relações pessoais, por exemplo - seria arriscar demasiadamente a produção antropológica.

E, por fim, Soraya Fleischer, em primeira mão, relembra do momento em que, ao tentar “ajudar” a jovem filha de sua anfitriã, durante sua pesquisa etnográfica no interior do Pará, desagradou profundamente o marido dessa moça. O resultado foi uma dramática ameaça de morte à antropóloga que, neste artigo, recorre uma detalhada descrição etnográfica da situação como ponto de partida analítico sobre a violência conjugal e a presença nem sempre bem vinda de uma antropóloga em campo. Retoma essa situação-limite para jogar novas luzes sobre o seu campo de pesquisa, e, por outro, sobre os limites éticos - para todos os envolvidos - de se considerar o valor epistemológico dos riscos vivenciados em campo.

Esperamos que reunir esta nova safra de antropólogos no presente dossiê ofereça uma oportunidade de rever e criticar alguns dos mitos resistentes que temos enfrentado na Antropologia brasileira, numa tentativa de atualizá-los ou, se possível, inventar novos formatos e estratégias para o fazer etnográfico. Boa leitura!

Referências

- BONETTI, A.L. “Intrusas bem-vindas: um olhar sobre os cruzamentos entre gênero, relações de poder e sensibilidades na pesquisa etnográfica”. In GROSSI, M. e SCHWADE, E. *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Florianópolis: Nova Letra Gráfica & Editora, 2006. pp.17-46.
- BONETTI, A. & FLEISCHER, S. (Orgs.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Santa Catarina: Mulheres, 2007.
- GROSSI, M. “Na busca do ‘outro’ encontra-se a si mesmo”. In _____. (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992, pp. 7-18.
- HARAWAY, D. “Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* 5, 1995, pp. 7-41.
- MALINOWSKI, B. *Os argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].